

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
MOGI DAS CRUZES**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 4
Balancos patrimoniais	5 - 6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10 - 19

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

Mogi das Cruzes – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossos trabalhos foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Posição patrimonial e operacional

Posição patrimonial:

No período findo em 31 de dezembro de 2021, o passivo da entidade excedeu o total do ativo em R\$ 26.136.896. Esse evento ou condição, indica situação delicada à capacidade operacional. Destacamos a importância e necessidade da administração, estabelecer ações estratégicas que possam melhorar os resultados e viabilizar a sustentabilidade e perenidade da Santa Casa de Mogi das Cruzes.

Posição do déficit apurado:

As demonstrações financeiras indicam que a Santa Casa de Mogi das Cruzes, incorreu em déficit de R\$ 4.337.773 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Esse déficit foi impactado principalmente pelos custos com medicamentos que representaram aumento em relação ao período anterior (2020) de R\$ 3.583.937, decorrentes principalmente por impacto de consumo por maior demanda nos atendimentos hospitalares, e reajustes gerais dos medicamentos, bem como pelo aumento dos custos assistenciais, devido às condições atípicas do COVID-19 no período de 2021.

Metas e plano de ação da administração:

Conforme nota explicativa 24, a administração estabeleceu plano de ação, focando readequações de despesas, renegociação com fornecedores, gestão de recursos humanos e outras ações. O detalhamento está descrito na nota explicativa 24.

Ênfases

Provisões de contingências:

Conforme nota explicativa nº 15, a entidade responde por processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, perante diferentes tribunais. A Administração da entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 4.523.490 (Em 2020 = R\$ 4.440.719), contabilizados no passivo não circulante, para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. As provisões e divulgações, foram elaboradas conforme norma técnica CPC 25 do Conselho Federal de Contabilidade.

Repasse públicos:

Conforme nota explicativa da administração número 25, ocorreram atrasos nos repasses públicos, em especial a subvenção que foi intitulada como apoio ao enfrentamento da Pandemia CORONAVIRUS SARS COVID 19 (COVID II) no montante de R\$ 3.475.270,80 (três milhões). A nota explicativa 25 relata mais informações.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Expressando razoável nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.



SGS Auditores Associados S/S Ltda
CRC 2 SP 024.456/O-4

Silvio de Jesus
Contador
CRC 1 SP 141.676/O-7

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	983.069	3.744.768
Contas a Receber	4	12.034.693	7.488.681
Adiantamentos Efetuados	5	88.547	191.044
Juros s/ Empréstimos a Apropriar	10	591.369	930.460
Outros Créditos	6	695.757	696.180
Estoques	7	1.360.168	1.040.548
Total do ativo circulante		<u>15.753.603</u>	<u>14.091.681</u>
NÃO CIRCULANTE			
Outros Créditos		505.712	432.741
Juros s/ Empréstimos a Apropriar	10	320.238	929.943
Imobilizado	9	17.611.226	18.352.182
Total do ativo não circulante		<u>18.437.176</u>	<u>19.714.866</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>34.190.779</u>	<u>33.806.547</u>

José Carlos Petreca
Provedor

Célio A. Santos
CT-CRC n.º 1SP212955/O-0

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

PASSIVO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	10.955.143	8.233.975
Obrigações Trabalhistas	12	4.608.351	3.933.116
Obrigações Fiscais		259.611	269.774
Parcelamentos Tributários	13	1.745.265	1.677.979
Obrigações com Parcelamento	14	133.282	133.282
Subvenções a Aplicar		12.788.163	7.844.994
Empréstimos e Financiamentos	10	5.538.668	4.082.474
Outras obrigações		780.678	534.225
Total do passivo circulante		<u>36.809.161</u>	<u>26.709.819</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores LP		-	-
Parcelamentos Tributários	13	10.084.099	11.543.797
Verbas Subvencionadas		4.652.899	4.716.699
Obrigações com Parcelamento	14	802.534	666.408
Empréstimos e Financiamentos	10	3.456.100	7.528.229
Provisão para Contingências	15	4.523.490	4.440.719
Total do passivo não circulante		<u>23.519.122</u>	<u>28.895.852</u>
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio Social		(26.137.504)	(21.799.123)
Total do patrimônio Social		<u>(26.137.504)</u>	<u>(21.799.123)</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO		<u>34.190.779</u>	<u>33.806.547</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

José Carlos Petreca
Provedor

Célio A. Santos
CT-CRC n.º 1SP212955/O-0

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em Reais

RECEITAS	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		
Receitas de Atividades Assistenciais		
Receitas Operacionais		
S.U.S. – Sistema Único de Saúde	22.399.938	22.595.413
Convênios	1.283.675	2.369.014
Particulares	1.018.985	637.762
(-) Glosas	(12.846)	(32.641)
Total Receitas Operacionais	<u>24.689.751</u>	<u>25.569.547</u>
Outras Receitas Operacionais		
Subvenção Federal	-	-
Subvenção Estadual	22.341.193	25.104.659
Subvenção Municipal	21.564.156	18.721.195
Total	<u>43.905.349</u>	<u>43.825.854</u>
Receitas Não Operacionais		
Outras Receitas	8.219.780	7.670.586
Receitas Financeiras	202.304	264.580
Trabalho Voluntário	268.800	241.080
Total	<u>8.690.883</u>	<u>8.176.246</u>
DESPESAS		
Despesas com Atividades Assistenciais		
Despesas com Pessoal	(26.788.743)	(24.954.578)
Despesas Administrativas e Gerais	(3.330.436)	(4.585.182)
Serviços Prestados por Terceiros	(34.243.715)	(33.250.365)
Medicamentos e Materiais	(14.237.115)	(10.653.178)
Despesas com Depreciação / Amortização	(927.206)	(921.033)
Impostos e Taxas	(26.211)	(29.531)
Total	<u>(79.553.426)</u>	<u>(74.393.867)</u>
Despesas financeiras e outras		
Despesas Financeiras	(1.802.138)	(1.583.216)
Trabalho Voluntário	(268.800)	(241.080)
Total	<u>(2.070.938)</u>	<u>(1.824.296)</u>
SUPERAVIT/(DÉFICIT) ANTES DAS DO EXERCÍCIO	<u>(4.338.381)</u>	<u>1.353.484</u>

José Carlos Petreca
Provedor

Célio A. Santos
CT-CRC n.º 1SP212955/O-0

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	(27.261.110)	4.108.503	(23.152.607)
Resultado do Exercício	-	1.353.484	1.353.484
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	(27.261.110)	5.461.987	(21.799.123)
Resultado do Exercício	-	(4.338.381)	(4.338.381)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	(27.261.110)	1.123.606	(26.137.504)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

José Carlos Petreca
Provedor

Célio A. Santos
CT-CRC n.º 1SP212955/O-0

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em Reais

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	(4.338.381)	1.353.484
Ajustes		
Depreciação	927.206	921.033
Provisão para Contingências	82.771	1.128.024
Redução (aumento) no ativo		
Convênios a receber – líquido de provisão	(4.546.012)	2.346.347
Estoques	(319.620)	(700.562)
Juros sobre empréstimos a apropriar	948.796	
Adiantamentos	102.497	(700)
Outros créditos	423	537.208
(Redução) aumento no passivo		
Fornecedores e contas a pagar	2.721.168	(165.496)
Obrigações trabalhistas	675.235	(792)
Obrigações fiscais	(10.163)	40.551
Parcelamentos tributários	(1.392.412)	(1.376.739)
Obrigações com parcelamentos	136.126	(133.282)
Outras obrigações	246.453	
Subvenções a aplicar	4.943.169	(1.963.163)
Verbas subvencionadas	(63.800)	(202.676)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades operacionais	113.456	1.783.237
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) redução do ativo Imobilizado	(182.250)	(1.591.082)
(Aumento) redução do realizável a longo prazo	(72.970)	230.826
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento	(259.220)	(1.360.256)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos	(2.615.935)	(847.048)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento	(2.615.935)	(847.048)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.761.699	(424.067)
Caixa Equivalente de Caixa no Início do Período	3.744.768	4.168.835
Caixa Equivalente de Caixa no fim do Período	983.069	3.744.768
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.761.699)	(424.067)

José Carlos Petreca
Provedor

Célio A. Santos
CT-CRC n.º 1SP212955/O-0

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

1. A ENTIDADE

a) Reconhecimento de utilidade pública

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, constituída em 04 de maio de 1955, tem sua origem na Sociedade Mogiana de Beneficência de Mogi das Cruzes, fundada em 06 de julho de 1873, sendo uma sociedade civil, com duração por prazo indeterminado, regendo-se por seu Estatuto e demais disposições aplicáveis. É uma entidade filantrópica, mantenedora do Hospital Nossa Senhora de Aparecida, que tem por objetivo proporcionar assistência médica hospitalar aos enfermos e acidentados, gratuitamente ou não, obrigando-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção, estabelecida pela legislação e regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis e outros dispositivos. Sediada na Rua Barão de Jaceguai, 1148, nesta cidade, Estado de São Paulo, está inscrita no CNPJ sob o n.º 52.543.766/0001-16 e registrada no Serviço Público Federal do Ministério da Previdência e Assistência Social – CNAS nº 44006.004972/2000-44 de 23/07/2004, renovado através da Resolução –84, publicado no DOU 142 em 26/07/04 e validade até 31/12/2006, com reconhecimento de utilidade: pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Através da publicação no Diário Oficial da União - Portaria nº 1.162, de 26 de novembro de 2021, foi deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS com validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

b) Administração

Conforme os estatutos sociais, a Entidade é gerida por uma Mesa Administrativa composta de: Provedor como presidente, Vice Provedor, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Tesoureiro, 2.º Tesoureiro, 1.º Mordomo e 2.º Mordomo e mais 4 suplentes, mais um Conselho Fiscal com 3 membros efetivos e 02 suplentes todos eleitos por uma Assembleia Geral Ordinária para um período de 2 anos no mês de dezembro. A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria, Conselhos Fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.

c) Manutenção financeira

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da Associação são provenientes principalmente de:

Contribuição mensal dos irmãos;

- Renda proveniente da prestação de serviços e conexos;
- Renda de imóveis; donativos em dinheiro;
- Rendimentos financeiros;
- Rendas eventuais; e
- Auxílios e subvenções dos poderes públicos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC PME, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

Apuração das gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicação dos recursos

Foram reconhecidas conforme a Resolução 1.409 – ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros do Conselho Federal de Contabilidade.

Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os Fundos de Reservas de custeio e patrimonial são registrados ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço e ajustadas ao valor de mercado.

Estoques

Os estoques de medicamentos e materiais hospitalares e de almoxarifado são controlados ao custo médio, que não supera o valor de mercado.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. A administração revisou a vida útil-econômica dos bens, e não houve necessidade de alterações das taxas anuais de depreciações do ativo imobilizado.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado e ativo intangível. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	144.030	47.608
Bancos	252.098	330.724
Aplicações Financeiras	607.596	3.366.436
(-) Bancos C. Movimento e Bloq. Judicial	(20.047)	-
Total	983.677	3.744.768

4. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Convênios SUS	2.360.651	1.914.700
Convênios/Particulares	9.744.471	5.644.410
Provisão para Perdas	(70.429)	(70.429)
Total	12.034.693	7.488.681

5. ADIANTAMENTOS

	2021	2020
Adiantamento a Fornecedores	45.870	40.356
Adiantamento a Funcionários	42.677	150.688
Total	88.547	191.044

6. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Bloqueio Judicial	545.853	545.853
Diversos	149.904	150.327
Total	695.757	696.180

7. ESTOQUES

	2021	2020
Materiais Cirúrgicos	555.635	605.397
Medicamentos	756.373	219.035
Outros	50.309	240.147
Estoques de 3º	(2.150)	(24.031)
Total	1.360.168	1.040.548

8. INVESTIMENTOS

Com a finalidade de ampliar recursos para aplicar em seus objetivos sociais e estatutários, a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes realiza promoções comerciais vinculadas a sorteios lastreados em Títulos de Capitalização emitidos por sociedade de capitalização devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

9. IMOBILIZADO

	2021	2020
Bens sem Restrição	22.451.369	22.442.723
Terrenos	7.123.199	7.123.199
Edifícios	11.461.425	11.426.425
Benfeitorias em imóveis de 3º	15.500	15.500
Instalações	267.159	267.159
Computadores	183.904	160.973
Máquinas e Equipamentos	2.442.319	2.497.288
Móveis e utensílios	957.863	917.179
Obras em Andamento	-	35.000
Bens com Restrição	5.644.423	5.602.059
Imóveis	1.680.539	1.003.702
Computadores	12.108	12.108
Máquinas e Equipamentos	3.654.180	3.698.388
Móveis e utensílios	297.596	297.596
Obras em Andamento	-	590.265
Depreciação Acumulada	(10.484.566)	(9.692.600)
Depreciação sem Restrição	(7.365.738)	(6.838.228)
Depreciação com Restrição	(3.118.827)	(2.854.372)
Total Geral do Imobilizado	17.611.226	18.352.182

Movimentação do Ativo Imobilizado - exercício de 2021:

	2020	Adições	Baixas	Transf.	2021
Bens sem Restrição	22.442.723	141.340	(132.694)		22.451.369
Terrenos	7.123.199				7.123.199
Imóveis	11.426.425			35.000	11.461.425
Benfeitorias em imóveis de 3°	15.500				15.500
Instalações	267.159				267.159
Computadores	160.973	22.931			183.904
Máquinas e Equipamentos	2.497.288	64.760	(119.729)		2.442.319
Móveis e utensílios	917.179	53.649	(12.965)		957.863
Obras em Andamento	35.000			(35.000)	-
Bens com Restrição	5.602.059	86.572	(44.208)		5.644.423
Imóveis	1.003.702	86.572		590.265	1.680.540
Computadores	12.108				12.108
Máquinas e Equipamentos	3.698.388		(44.208)		3.654.180
Móveis e utensílios	297.596				297.596
Obras em Andamento	590.265			(590.265)	-

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2021	2020
Circulante		
Banco devedor - Empréstimos	5.538.668	4.082.474
Total	5.538.668	4.082.474
Não circulante		
Banco devedor - Empréstimos	3.456.100	7.528.229
Total	3.456.100	7.528.229
Juros a Apropriar – Circulante (ativo)	(591.369)	(930.460)
Juros a Apropriar – Não circulante (ativo)	(320.238)	(929.943)

11. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores foram registradas com base em documentos hábeis, respeitando o período de competência.

	2021	2020
Fornecedores	1.814.618	1.079.150
Prestadores de Serviços	9.140.525	7.154.825
Total	10.955.143	8.233.975

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021	2020
Salários a Pagar	1.753.349	1.333.215
INSS a Recolher	140.038	131.360
FGTS a recolher	206.092	195.202
Provisão de Férias e Encargos Incidentes	2.503.765	2.267.928
Outras Obrigações Sociais	5.107	5.411
Total	4.608.351	3.933.116

13. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

2021	Circulante	Não circulante	Total
Refis a Pagar	250.000	5.309.586	5.559.586
Parcelamento de IRRF	457.219	2.019.183	2.476.402
Parcelamento de INSS	558.046	347.078	905.124
Parcelamento de FGTS	480.000	2.408.252	2.888.252
Total	1.745.265	10.084.099	11.829.364

2020	Circulante	Não circulante	Total
Refis a Pagar	228.000	5.112.471	5.340.471
Parcelamento de IRRF	421.838	1.896.703	2.318.541
Parcelamento de INSS	572.141	1.712.088	2.284.229
Parcelamento de FGTS	456.000	2.822.535	3.278.535
Total	1.677.979	11.543.797	13.221.776

14. OBRIGAÇÕES COM PARCELAMENTO

2021	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamento SEMAE	133.282	533.127	666.409
Outros parcelamentos	-	269.407	-
Total	133.282	802.534	666.409

2020	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamento SEMAE	133.282	666.408	799.690
Total	133.282	666.408	799.690

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas.

Foi aplicado a norma técnica CPC 25 do Conselho Federal de Contabilidade que determina o seguinte tratamento no reconhecimento das provisões:

Há três tipos principais de estimativas:

- (a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores estimados das contingências com classificação de “prováveis” e contabilizadas, são as seguintes:

	2021	Circulante	Não circulante	Total
Ações Cíveis		-	2.933.113	2.933.113
Ações Trabalhistas		-	795.033	795.033
Ações Administrativas		-	795.344	795.344
Total		-	4.523.490	4.523.490

	2020	Circulante	Não circulante	Total
Ações Cíveis		-	2.855.249	2.855.249
Ações Trabalhistas		-	659.596	659.596
Ações Administrativas		-	395.016	395.016
Parcelamentos Indenizações de Trab.		-	530.858	530.858
Total		-	4.440.719	4.440.719

As classificações de contingências classificadas como possíveis e remotas (não contabilizadas conforme CPC 25), para ações cíveis, trabalhista e administrativas, são as seguintes:

	2021
Ações com perdas possíveis	9.590.111
Ações com perdas remotas	417.923

16. VERBAS SUBVENCIONADAS

Conforme determinado nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros para os seus bens moveis e imóveis, em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

18. RESUMO DE ATENDIMENTOS - SUS

Demonstração da quantidade de pacientes atendidos em decorrência de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde - SUS, a fim de atender à Lei Complementar 187.

Descrição	2021		2020	
		%		%
Paciente SUS – Internações	12.460	94,58%	10.506	94,48
Pacientes Convênios e Particulares	714	5,42%	614	5,52
Total		100%		100%

19. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS USUFRUÍDAS

São demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções fiscais e previdenciárias, como se devido fossem gozadas durante o exercício.

	2021	2020
INSS Cota Patronal	6.343.599	5.724.026
Total	6.343.599	5.724.026

20. OUTRAS RECEITAS

	2021	2020
Doações	7.992.065	7.191.394
Aluguel	93.600	64.188
Outras Receitas	134.115	421.377
Total	8.219.780	7.676.959

21. DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Juros	151.781	117.482
Outras despesas	1.650.357	1.465.734
Total	1.802.138	1.583.216

22. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atendendo a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 aprovando a NBC ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.

O montante de R\$ 268.800 foi apurado com base nos apontamentos de presença das horas de reuniões e participação de eventos dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

23. PASSIVO A DESCOBERTO E PLANO DE RECUPERAÇÃO

No período findo em 31 de dezembro de 2021, o passivo da entidade excedeu o total do ativo em R\$ 26.136.896. Esse evento ou condição, indica situação delicada à capacidade operacional.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes pontos principais.

- a)** Readequação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados à população e continuidade do Hospital;
- b)** Manutenção da renegociação junto aos fornecedores e prestadores de serviços para mudança na exigibilidade de obrigações de curto para longo prazo ou transformação da despesa em doação;
- c)** Redução do quadro de funcionários com aprimoramento e distribuição dos remanescentes aos setores competentes, procurando melhorar a eficiência, dinâmica dos serviços e redução de custos;
- d)** Obtenção junto a Prefeitura de mais recursos para cobertura de déficits no Pronto Socorro;
- e)** Dado a grande demanda de pacientes internados com a COVID-19 neste ano, no município, e muito embora toda a estrutura da entidade estivesse destinada para atendimento em Pronto Socorro e cirurgias de urgência e emergência nas especialidades de ortopedia, neurologia, oftalmologia e obstetrícia, foi necessário para o enfrentamento da pandemia, devido a superlotação de leitos de UTI e Enfermaria, em mais de 120% dos leitos ofertados pelo município, levando a saturação do sistema de saúde do município e a mudança de faixa, determinação de lockdown (fechamento das atividades do município e isolamento total), a Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes, solicitou a Santa Casa 47 leitos de Enfermaria e 10 leitos de UTI, para aliviar o sistema de saúde e salvar mais vidas, o que levou a entidade na reestruturação do hospital para o acolhimento dos pacientes acometidos com o CORONAVIRUS, ademais a necessidade de suspensão das

atividades de rotina, passando ao atendimento aos pacientes com COVID-19 o que demandou aporte financeiro que não estava previsto no orçamento hospitalar, sendo portanto pactuado com a Secretaria Estadual de Saúde, com contra partida da Secretaria Municipal de Saúde, para fase 2, período de atendimento 60 dias, que repassariam o total no montante de R\$ 3.475.270,80 (três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta reais e oitenta centavos), no mês de Julho de 2021, onde até 31 de dezembro de 2021 não houve o respectivo repasse;

- f) Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades civis e a população em geral;
- g) A Administração também acredita que a possibilidade de um prognóstico favorável, sobre ações em fase de conclusão e que podem minimizar positivamente o quadro deficitário atual.

24. POSIÇÃO FINANCEIRA DOS REPASSES PÚBLICOS

Os constantes atrasos nos repasses públicos em especial a subvenção que foi intitulada como apoio ao enfrentamento da Pandemia CORONAVIRUS SARS COVID 19 (COVID II) no montante de R\$ 3.475.270,80 (três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta reais e oitenta centavos) impactou consideravelmente no resultado findo em 31 de dezembro de 2021, entre outras importâncias previstas pelo poder público e que até o presente momento ainda não foram repassadas para a entidade, obrigando a mesma buscar recursos financeiros em entidades bancárias para suportar financeiramente a demanda de urgência dos pacientes acometidos por esta pandemia devido, também devido a suspensão das atividades dos funcionários do comércio regional, aumentando substancialmente os encargos financeiros junto a entidade.

José Carlos Petreca
Provedor

Célio A. Santos
CT-CRC n.º 1SP212955/O-0